

DO SAGRADO AO PROFANO: LUÍS DE CAMÕES COMO PERSONAGEM EM OBRAS DE LOBO ANTUNES E MÁRIO CLÁUDIO

FROM SACRED TO PROFANE: LUÍS DE CAMÕES AS A CHARACTER IN LOBO ANTUNES' AND MÁRIO CLÁUDIO'S WORKS

Tamy de Macedo Pimenta¹

RESUMO

O presente texto busca demonstrar como os escritores portugueses António Lobo Antunes e Mário Cláudio transformaram Luís de Camões em personagem de seus romances – *As Naus* (1988) e *Os Naufrágios de Camões* (2017), respectivamente –, enfatizando, ainda que de maneiras bastante divergentes, sua condição frágil e humana. Escrevendo a partir dos rastros e das lacunas da biografia camoniana – embora não deixando de modificá-la e até mesmo hibridizá-la a outros contextos, como em *As Naus* –, os dois exploram diferentes possibilidades na figura de Luís de Camões, destruindo a aura que a leitura ideológica Salazarista impôs ao poeta e devolvendo-o ao uso comum. Nesse sentido, em ambas as obras, estamos diante de uma personagem camoniana profana que, mesmo dentro do âmbito ficcional – e talvez por isso mesmo –, contribui para repensarmos criticamente o lugar do poeta no Portugal de outrora e do presente, já que “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

PALAVRAS-CHAVE: Camões; profanação; romance contemporâneo.

ABSTRACT

The present text intends to demonstrate how Portuguese writers António Lobo Antunes and Mário Cláudio have changed Luís de Camões into a character in their novels – *As Naus* (1988) e *Os Naufrágios de Camões* (2017), respectively – stressing, though in very distinct ways, the character’s human and fragile condition. Using the trails and gaps left by Camões’ biography as a starting point – but not escaping to change it or even hybridize it to other contexts, as *As Naus* does –, both authors explore different possibilities of the image of Luís de Camões, destroying the aura that the Salazarist ideological reading imposed to the poet and restoring him to the common use. According to this perspective, in both works we can see a profane character that, even being inside a fictional context – and maybe because of that condition –, contributes to the critical rethinking of the place of this poet in the Portugal of now and then, since “it is not only about not forgetting about the past, but also about acting on the present” (GAGNEBIN, 2006).

KEYWORDS: Camões; profanity; contemporary novel

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo
“como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência,
tal como ela relampeja no momento de um perigo.
(BENJAMIN, 1987, p.224)*

*[...] somente essa retomada reflexiva do passado pode nos
ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma
outra história, a inventar o presente.
(GAGNEBIN, 2006, p.57)*

*Não é de bronze, louros na cabeça,
nem no escrever parnasos, que te vejo aqui.
Mas num recanto em cócoras marinhas,
soltando às ninfas que lambiam rochas
o quanto a fome e a glória da epopeia
em ti se digeriam [...]
Pousavas nágua o olhar e te sorrias
– mas não amargamente, só de alívio,
como se te limparas de miséria,
e de desgraça e de injustiça e dor
de ver que eram tão poucos os melhores,
enquanto a caca ia-se na brisa esbelta,
igual ao que se esquece e se lançou de nós.
(SENA, 2013, p.650-651)*

O nome de Luís de Camões, dentre outros, como o de Fernando Pessoa, configura entre os mais incontornáveis da literatura portuguesa. Porém, segundo as poucas informações que nos restaram sobre a biografia do poeta, durante seus anos vividos no século XVI, ele experimentou

mais a pobreza e os desprazeres do que a glória de um grande escritor² Assim, apesar da publicação d'*Os Lusíadas* ter ocorrido em 1572, foi somente um século depois, durante a Restauração, que a figura de seu autor passou a despertar significativo interesse dos intelectuais, tendo sido Camões elevado a símbolo da autonomia política e cultural portuguesa devido a sua identificação com a história de Portugal. Algum tempo depois, poetas como Bocage³ dedicaram-lhe alguns versos, mas foram as condições históricas e culturais do século XIX que permitiram uma maior exaltação do vate, como explica a professora Ofélia Paiva Monteiro (1997, p.72):

Sob a derrocada portuguesa das décadas iniciais de Oitocentos, quando às convulsões devidas às invasões francesas, acompanhadas pelo embarque da família real para o Brasil e pela permanência de uma exasperadora tutela britânica, se somaram, por um lado, a difusão da ideologia liberal e nacionalista e, por outro, a adesão a orientações estético-críticas, de frequente proveniência estrangeira, que enalteciam o “gênio” criador (imaginativo, vibrátil, individualista, fiel às suas “raízes” e pouco atreito por tudo isso a sujeições canônicas), o perfil humano e poético de Camões mais prestígio adquire ainda, tornando-se para muitos um símbolo da aliança, incompreendida pela mesquinhez ambiente, de hombridade, exaltação, patriotismo e mérito artístico.

Tal concepção pode ser observada no poema *Camões* de Almeida Garrett, que, após o fracasso da Revolução liberal de 1820, foi para o exílio na Inglaterra e, em seguida, na França, onde escreveu os dez cantos que expressariam a Saudade⁴ de um eu-lírico duplamente identificado ao poeta-soldado e a ele mesmo. Exilado, o sujeito presente nesse longo poema clama pelos valores justos então perdidos em sua Pátria, o que contribui para a mitificação da figura camoniana como uma espécie de defensor dos verdadeiros valores lusitanos:

.....De indignado
Ergui a voz, clamei contra a vergonha
Que o nome português assim manchava,
Esconjurei as sombras indignadas
Dos heróis fundadores de um império
Que tão bastardos netos destruíram.
Em vão clamei; as minhas verdades duras
Mole ouvido os tiranos ofenderam:
Puniu desterro injusto a minha audácia.
(GARRETT, 1973, s/p)

Assim, nas palavras de Eduardo Lourenço (1987, p.77), com as contribuições do Romantismo português:

Camões não se tornará apenas o maior dos poetas para os portugueses [...] mas sim o herói nacional. Somente o conjunto de nosso destino coletivo e a história de nosso imaginário podem dar conta dessa conversão do autor dos *Lusíadas* em símbolo do próprio Portugal. É com esse estatuto que Camões se torna o ponto de con-

vergência das paixões nacionais, menos literárias ou culturais que ideológicas, patrióticas, cívicas, ou até, dependendo das circunstâncias, revolucionárias. Se, ainda hoje, praticamente no mundo todo, as associações de imigrantes portugueses se colocam sob a égide de Camões, isto se deve ao incrível processo de mitificação, e poderíamos dizer de divinização do sentimento nacional, que se instalou na primeira metade do século XIX. Aquilo que até então era apenas um livro, obviamente especial entre tantos outros, torna-se o Livro, breviário do sentimento exaltado de nossa identidade, em um momento perturbado e confuso da História portuguesa.

É dentro desse contexto que uma nova e monumental edição d’*Os Lusíadas* será publicada em 1817 e posteriormente, em comemoração do terceiro centenário de morte de Luís de Camões, a 10 de junho de 1880, uma estátua será construída em homenagem ao poeta, definitivamente elevado a símbolo nacional.



¹Edição d’*Os Lusíadas* de 1817 e Monumento a Camões (imagens encontradas na Internet)

Essa mitificação exacerbada de Luís de Camões, erguida com desígnios libertários pelos intelectuais oitocentistas, será, um século depois, apropriada e aprofundada pelo ideário político do Estado Novo português. Todavia, para transformar o poeta em um componente do Novo Regime, os aliados de Oliveira Salazar tiveram que exaltar sua identificação com a Pátria por um lado e, por outro, silenciar as problematizações presentes em sua obra, apontadas sobretudo por Antero de Quental e Oliveira Martins⁵. Destarte, como observa Carlos M. F. da Cunha (2012, p.253), com o intuito de construir uma visão gloriosa do passado, “o Estado novo viu-se obrigado a produzir uma contramemória da ideologia decadentista que marcou o século XIX (desde Alexandre Herculano à Geração de 70 e aos republicanos), segundo a qual os descobrimentos foram uma das causas da decadência de Portugal” e, para tal, utilizaram-se de estratégias públicas que integraram principalmente, mas não só, o âmbito educacional.

Assim como outros autores, Camões passou por uma leitura biográfica e nacionalista que visava transformá-lo em uma espécie de herói nacional que viveu e morreu por sua pátria. Esse herói deveria servir de modelo à mocidade portuguesa que, durante os anos escolares, liam trechos pré-selecionados d'*Os Lusíadas* e notas biográficas que exaltavam Luís de Camões como um verdadeiro lusitano, como podemos notar no prefácio e na biografia do poeta escritos pelo professor João de Barros:

Para ele [Camões], a Pátria estava acima de tudo – e não fez outra coisa, durante a sua vida inteira, senão louvar as virtudes do seu povo e dos seus heróis, ou lutar para a fazer respeitada e admirada por todos. (BARROS, 1998, p. 202 apud VICHINSKY, 2012, p. 159)

Enquanto Portugal não conquistou a independência, [Os Lusíadas] foram a leitura fiel daqueles que precisavam de fortalecer a sua confiança na Pátria e no Povo oprimidos. Hoje ainda – hoje e sempre – o poema de Luís de Camões ensina a estrangeiros e a nacionais a grandeza e a eternidade do destino de Portugal.

(BARROS, 1998, p. 214 apud VICHINSKY, 2012, p.161)

Tais trechos, retirados de uma adaptação em prosa do épico camoniano intitulada *Os Lusíadas – contados às crianças e lembrados ao povo* – largamente difundida em escolas portuguesas durante o Regime salazarista –, exemplificam como os livros escolares iam ao encontro das diretrizes governistas, inserindo Camões e seu livro em uma tradição enobrecedora das conquistas lusitanas. Nas leituras da epopeia camoniana, prevaleciam os critérios estéticos e as análises dos episódios históricos nela invocados, a fim de afastar os questionamentos (inclusive políticos) presentes na obra. Nesse sentido, a mocidade portuguesa era apresentada a um modelo de “grande homem” e “grande obra” ao lerem adaptações e/ou fragmentos d'*Os Lusíadas*, ao mesmo tempo em que se mantinham protegidos de reflexões potencialmente subversivas e questionadoras do passado e presente de seu país.

Fora do contexto escolar, manteve-se a identificação entre o vate e o povo, consagrada pela designação do 10 de junho como Dia da Raça, expressão salientada por Salazar em seu discurso proferido na inauguração do Estádio Nacional do Jamor, em 1944. Terminada a Segunda Guerra, a partir de 1963, a data foi transformada em Dia de Portugal para exaltar as Forças Armadas e prosseguir a Guerra Colonial⁷.

Camões também esteve presente em uma importante construção que integrou a *Exposição do Mundo Português*, realizada em Lisboa, em 1940, com propósito de comemorar a data da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640), mas, sobretudo, de celebrar o Estado Novo, na época em fase de consolidação. Essa construção, denominada “Padrão dos Descobrimentos”, da autoria de Cottinelli e Leopoldo de Almeida, representava a importância histórica dos Descobrimen-

tos portugueses e os principais protagonistas dessas expedições. Em meio a importantes navegadores como Diogo Cão e Vasco da Gama e reis como Afonso Henriques, encontra-se a figura do poeta a escrever a epopeia que, na visão salazarista, canta as navegações lusitanas de forma enaltecedora.



²Luís de Camões no “Padrão dos Descobrimentos” (imagem encontrada na Internet)

Se, então, o século XIX mitificou o vate associando-o a Portugal, o Estado Novo coloriu esse mito com contornos fascistas, inserindo o poeta na lógica “Deus, Pátria, Família”. A apropriação ideológica da tradição não é exclusividade do Salazarismo, já que, como atenta Walter Benjamin em texto clássico sobre o conceito de história, deve-se sempre afastar a tradição do conformismo, a fim de impedir sua absorção pelas classes dominantes e, conseqüentemente, a vitória desse inimigo:

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

(BENJAMIN, 1987, p.224-225)

Desse modo, não foram poucos os esforços em desfazer essa mitificação negativa criada em volta de Camões, após a Revolução dos Cravos. Um dos mais empenhados nessa tarefa, como poeta e grande es-

tudioso da obra camoniana, Jorge de Sena escreveu numerosos ensaios e livros sobre o vate, além de ter-lhe dedicado versos, como os presentes na epígrafe deste texto. Neles, assim como em outros momentos de sua obra dedicada a Camões, Sena sublinha não a grandiosidade do poeta, mas, ao contrário, a simplicidade e humanidade de quem se sabia “um bicho da terra tão pequeno” (Lus., I, 106).

De modo semelhante ao seniano, os escritores portugueses António Lobo Antunes e Mário Cláudio transformaram Luís de Camões em personagem de seus romances – *As Naus* (1988) e *Os Naufrágios de Camões* (2017), respectivamente –, enfatizando, ainda que de maneiras bastante divergentes, sua condição frágil e humana. Escrevendo a partir dos rastros e das lacunas da biografia camoniana – embora não deixando de modificá-la e até mesmo hibridizá-la a outros contextos, como em *As Naus* – os dois prosadores se aproximam do “narrador sucateiro” benjaminiano, conforme ressaltou Jeanne Marie Gagnebin (2006, p.54):

[...] o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido.

Se o nome de Camões é conhecido desde o século XVII, o mesmo não ocorre com o sentido de sua vida e obra que, como vimos, foi deturpado ideologicamente pela política salazarista. É preciso, portanto, voltar ao passado e ressignificar suas personagens históricas.

*

A frase acima poderia resumir o chamado ao qual o romance *As Naus* responde. Introduzindo figuras importantes das navegações portuguesas dos séculos XVI no contexto da Lisboa (no livro denominada *Lixboa*) pós-74, Lobo Antunes cria uma atmosfera mesclada que funde tempos, espaços e também personagens, na medida em que as figuras históricas de Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, Vasco da Gama, dentre outros, são reconstruídas por meio de processos de hibridismo e paródia.

Assim como as outras personagens, Luís de Camões (no livro referido como “o homem de nome Luís”) é um retornado de África, que volta a Portugal sem rumo e apenas com alguns pertences, dentre os quais o cadáver do pai, que carrega obstinadamente em busca de um local onde possa enterrá-lo:

Em África, ao contrário daqui, o meu nariz palpava os odores e alegrava-se, as pernas conheciam os lugares de caminhar, as mãos aprendiam com facilidade os objectos, respirava-se um ar mais limpo do que panos de igreja, até a guerra civil dar um tiro no velho, me encafuar com o reformado

e o maneta dos moinhos num porão de navio, e os perfumes e os rumores das trevas se me tornarem estrangeiros porque ignoro esta cidade, porque ignoro estas travessas e as suas sombras ilusórias, porque apenas soletro o porto e as traineiras, presentes de dia e ausentes de noite, sem contar os corvos e as gaivotas excitadas pelo relento do defunto, debicando o crucifixo à procura da carne podre oculta no túmulo de verniz.

(ANTUNES, 2011, p.21)

Percebe-se no fragmento acima que esse Luís, diferentemente do Camões aclamado pelo Estado Novo, não possui nenhuma identificação com a terra portuguesa. Recordando-se de África, lugar no qual se sentia alegre e conhecia os caminhos, “o homem de nome Luís” sente revolta e tristeza por ter sido obrigado a ir para *Lixboa*, cidade que ignora. Contudo, há algo que carrega nas costas, quase como um estorvo, que se assemelha a condição de podridão e decadência em que aquele Portugal se encontra:

Ergueram o crucifixo da tampa enquanto uma barça de forçados escorria, Tejo adiante, no sentido de Belém, a caminho de uma epopeia inverossímil por um mar de neptunos furiosos, atapetaram o fundo a serradura para que o pai, já líquido, se não escapasse a gotejar das frestas da cartolina, pegaram cada qual na sua ponta o lençol e acomodaram o mau cheiro no caixote, abafado por mais serradura, trapos, e os fios de nylon de uma encomenda postal, à medida que os murganhos desembarcados dos pacotes e os rafeiros que não embarcaram nunca se aproximavam, a estender os pelos do focinho, dos cetins do caixão que exalava um odor de medusa de placenta antiga, até o guarda, farto de cães, amandar um pontapé no esquife que baldeou da doca para a água do rio, e ficaram a vê-lo desfazer-se em pranchas, rendas, enchumaços de algodão e placas de estearina, tudo deglutido, na foz, por uma chicotada de naufrágio.

(ANTUNES, 2011, p.66)

Apesar de ser um homem situado nos anos 1970, ele traz consigo toda a história de Luís de Camões e, como tal, porta o fardo de carregar uma pátria falida nas costas. Por meio do entrelaçamento da história pessoal de um retornado de África e do poeta Luís de Camões, *As Naus* consegue aproximar as Navegações portuguesas e o período da Guerra Colonial, seu ponto crítico, demonstrando o colapso de um projeto expansionista que, embora acrescido de contornos fascistas no século XX, teve início no século XVI, no tempo de Camões. Mas será que também não podemos vislumbrar, na imagem do homem carregando o pai/pátria, nosso poeta sob o fardo que sua mitificação o impôs? Não estaria “o homem de nome Luís” nos mostrando simultaneamente a decadência de Portugal e a errante condição de nosso vate ao tentar, em vão, sustentar seu país?

Dessa forma, o romance igualmente ilustra o ônus que a identificação Camões Portugal trouxe ao sentido da vida e obra do vate que, em meio a sua escrita/errância por Lixboa, se depara com sua própria estátua, a funcionar como urinol para cães:

De modo que fui moendo episódios heroicos, parando a tomar notas nas retrosarias iluminadas, até desembocar na praça da minha estátua, mãe, com centenas de pombos adormecidos nas varandas em atitudes de loiça e cães que alçavam a pata no pedestal da minha glória, e embora o bagaço me atrapalhasse as pernas e me obrigasse a arrastar os sapatos numa marcha de trombose, consegui alcançar um troço de escadas entre dois becos, de onde se via ao mesmo tempo o monumento, os comboios para Cascais e as lanternas de pesca das traineiras do rio [...]

(ANTUNES, 2011, p.122-123)

Ademais, por meio de uma caracterização frágil e até mesmo doentia (“marcha de trombose”), o Luís de Camões de Lobo Antunes está longe da imagem vigorosa e firme que os séculos anteriores construíram sobre o poeta. Nas páginas finais de *As Naus*, salientando ainda mais essa imagem debilitada do vate, Camões é posto em meio a um grupo de tísicos, que miram o horizonte do Tejo a esperar por uma salvação que teima em não vir:

Amparados uns aos outros para partilharem em conjunto o aparecimento do rei a cavalo, com cicatrizes de cutiladas nos ombros e no ventre, sentaram-se nos barcos de casco ao léu, no convés de varanda das traineiras, nos flutuadores de cortiça e nos caixotes esquecidos, de que se desprendiam odores de suicida dado às dunas pela chibata das correntes. Esperámos, a tiritar no ventinho da manhã, o céu de vidro das primeiras horas de luz, o nevoeiro cor de sarja do equinócio, os frisos de espuma que haveriam de trazer-nos, de mistura com restos de feira acabada das vagas e os guinchos de borrego da água no sifão das rochas, um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tãnger ao pescoço, e tudo o que pudemos observar, enquanto apertávamos os termómetros nos sovacos e cuspiamos obedientemente o nosso sangue nos tubos do hospital, foi o oceano vazio até a linha do horizonte coberta a espaços de uma crosta de vinagreiras, famílias de veraneantes tardios acampados na praia, e os mestres de pesca, de calças enroladas, que olhavam sem entender o nosso bando de gaivotas em roupão, empoleiradas a tossir nos lemes e nas hélices, aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível.

(ANTUNES, 2011, p. 181-182)

Essa caracterização da figura camoniana como um homem frágil e nada imponente também aparece em *Os Naufrágios de Camões*, romance de Mário Cláudio publicado em 2017. Dividido em três partes – “Timothy”, “Richard” e “Ruy” –, sendo todas elas conduzidas em primeira pessoa por um narrador que se identifica a Mário Cláudio, em estratégia homoauto-⁸ral, o livro gira em torno da possibilidade (descoberta por Timothy, pesquisada por Richard Burton e testemunhada por Ruy) de que Camões não teria escrito *Os Lusíadas* por inteiro. Dessa maneira, durante todo o romance, acompanhamos o desenrolar dessa intriga que acaba por revelar que Bartolomeu de Castro, capitão da nau anual da China, teria usurpado e alterado alguns fragmentos da epopeia camoniana, tendo, inclusive, se feito passar por Luís de Camões ao retornar a Portugal, como nos narra Ruy:

Ostentava a desenvoltura de quem quer ser admirado, e até a arrogância que exige que a turba se retire da frente à medida que se avança. “Não tardará a estampar a sua célebre epopeia”, comentavam alguns [...] Mas o que sobremaneira me deixava boquiaberto era que a gentalha que se cruzava com semelhante monstro, aceitando-o cegamente como Luís de Camões, nem por instantes adquirisse consciência de falcatrua tamanha. (CLÁUDIO, 2017, p.160)

O trecho acima, assim como outras passagens referentes ao “falso Camões” forjado pelo capitão, deixa claro que o Camões-Castro se assemelha à atitude altiva e prepotente dos monumentos posteriormente erguidos em homenagem ao poeta. Nesse sentido, não seria absurdo também enxergar nesse “falso Camões” um pouco da imagem do vate construída pelo Estado Novo, principalmente quando a contrapomos com a figura do “verdadeiro Camões”, conforme testemunho de Ruy:

E eu observava-o discretamente, de camisa branca, esparrinhada pela tinta negra que a cada balanço se lhe soltava da pena, e do boiãozinho respectivo [...] Só à noite, e ao recolher o poeta, lhe recolocavam as algemas, vá lá saber-se porquê, já que para parte nenhuma poderia fugir em alto mar. E bastas vezes o observaria eu, agitando-se nas horas em que não lográvamos conciliar o sono, de mãos acorrentadas sobre o peito, mas ainda assim contando pelos dedos os seus decassílabos. (CLÁUDIO, 2017, p. 137-139)

O Camões de Mário Cláudio/Ruy, um homem “tão pronto à galhofa como à jogatina” e que “ao contrário do que se espalharia, não passava de um pelém, não sendo o valentão de barbas e cabelos vermelhuscos que uma certa lenda acabaria por pintar” (CLÁUDIO, 2017, p.143), é, portanto, um poeta extremamente humano e que lida com sua condição de prisioneiro não de forma heroica, conforme tanto se propagou com a suposta salvação do manuscrito da epopeia em detrimento de Dinamene durante um naufrágio, mas de forma humilde, simples e até mesmo frágil, como quando desaba em tristeza diante da morte da amada:

Na verdade não creio que morte alguma de meu conhecimento se chorasse tanto como a que chorava Luís de Camões, uma vez perdida a sua Dinamene. Chegando-lhe a notícia de que o mar vomitara a rapariga, teimaria ele em ir ao lugar onde o cadáver dera à costa. E deparando com o corpo meio comido pelos camarões que lhe haviam arrancado os olhinhos, o infeliz resvalaria para o fundo torpor dos moribundos, tolhido da mão que pouco mais escreveria.

(CLÁUDIO, 2017, p.143)

Se, de fato, não temos acesso aos detalhes da vida de Luís Vaz de Camões, podemos ao menos, como o faz Mário Cláudio, dissociar o poeta da imagem monumental que o Fascismo português criou e propagou. Como ressalta Mariana Caser da Costa, durante comunicação sobre *Os Naufrágios de Camões*, “[...] o autor [Mário Cláudio], partindo da inviabilidade de reproduzir tal e qual a vida de Luís Vaz de Camões, lança mão da linguagem para recontá-la, não ignorando os vestígios deixados pela história, mas preenchendo lacunas com seu elaborado jogo ficcional.” (COSTA, 2017, s/p).

Como se ouvissem os pensamentos de Ruy, ao se queixar “da rapidez com que em Portugal se arquivam os maiores, a fim de os festejar muito depois nos ossos que deixaram, sempre que isso convém aos que mandam, e às vezes aos que obedecem” (CLÁUDIO, 2017, p.153), António Lobo Antunes e Mário Cláudio se propõem a elaborar ficcionalmente outras versões de Luís de Camões, não para impô-las como verdadeiras, mas para lutar contra a mitificação ideológica que lhe foi construída no passado, pois “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (GAGNEBIN, 2006, p.44). Assim, uma vez que a figura camoniana sofreu um processo de mitificação/ divinização durante os séculos XIX e XX, ganhando traços fascistas neste último, tendo sido elevado a uma posição quase que sagrada, podemos entender os projetos ficcionais de Lobo Antunes e Mário Cláudio sob uma lógica profanadora, já que, segundo o filósofo Giorgio Agamben, profanar significa tocar em algo sagrado e retorná-lo ao uso comum, fazendo um novo uso desse objeto:

A profanação implica, por sua vez, uma neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício de poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado; a segunda desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado.

(AGAMBEN, 2007, p.68)

Mais adiante, Agamben frisa a importância de “toda vez arrancar dos dispositivos – de todo dispositivo – a possibilidade de uso que os mes-

mos capturaram”, sendo a “profanação do improfanável” a tarefa da geração que vem (AGAMBEN, 2007, p.79). Tendo os dois escritores aqui estudados explorado diferentes possibilidades da figura de Luís de Camões, destruindo a aura que uma leitura ideológica castradora o colocou e devolvendo-o ao uso comum, é possível afirmar que, em *As Naus* e *Os Naufrágios de Camões*, estamos diante de uma personagem camoniana profana que, mesmo dentro do âmbito ficcional – e talvez por isso mesmo –, contribui para repensarmos criticamente o lugar do poeta no Portugal de outrora e do presente, já que “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2006, p.55).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Antônio Lobo. *As Naus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras Escolhidas, Vol. 1). Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CLÁDIO, Mário. *Os Naufrágios de Camões*. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

COSTA, Mariana Caser da. “Camões em três tempos”. Comunicação apresentada em *Um dia de Camões 6*, UFF/NEPA, 19 de jun de 2017. (texto cedido pela autora)

CUNHA, Carlos M. F. da. “O Camões do Estado novo: recepção e ensino”. Texto apresentado no *Colóquio Internacional Camões e os seus Contemporâneos. Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC)*, 2012. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30921>>. Acesso em: dezembro de 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARRETT, Almeida. *Camões*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

LOURENÇO, Eduardo. “O Romantismo e Camões”. Trad. Maria Cristina Batalha. *Idioma*, 21. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro – UERJ, 2001, p. 75-81.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. “Camões (na literatura romântica portuguesa)”, *Dicionário do romantismo literário português* (Coord. Helena Carvalho Buescu). Lisboa: Caminho, 1997, p.72-76.

SENA, Jorge de. *Poesia 1*. Lisboa: Babel, 2013.

Recebido para publicação em 29/06/19

Aprovado em 11/02/19

NOTAS

1Doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Estudos de Literatura na subárea de Literatura Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. Professora de Língua Inglesa pela Fundação Municipal de Educação de Niterói e pela SEEDUC-RJ.

2Dentre outras esparsas informações, sabe-se que Luís Vaz de Camões ingressou no Exército da Coroa de Portugal, tendo trabalhado como soldado em várias expedições militares além-mar e perdido o olho direito em uma delas. Durante uma briga, feriu um funcionário real e foi preso. Após ter publicado *Os Lusíadas* em 1572, Luís Vaz de Camões morreu em Lisboa provavelmente no dia 10 de junho 1580, em absoluta pobreza.

3 Soneto “Camões, grande Camões, ...”, disponível em <<http://www.citador.pt/poemas/camoes-grandecamoes-quao-semelhante-manuel-maria-barbosa-du-bocage>>.

4 Segundo Eduardo Lourenço (1987, p. 77-78): “Para o jovem poeta Almeida Garrett, Camões, assunto de seu canto, é a imagem de um Portugal que sofre, novamente aprisionado após ter ressurgido miraculosamente sob a fórmula de Portugal-Liberdade. Mas Camões é sobretudo um duplo de Garrett, também poeta do verdadeiro amor à pátria, como seu herói, porém de um amor agora inseparável da nova religião da Liberdade, cujo culto o havia levado ao exílio. Os românticos, ao invés de viajar até o passado, trazem o passado até o presente. A retomada de Camões é, ao mesmo tempo, da ordem simbólica e da ordem textual. O poema Camões é o primeiro grande texto português tecido juntamente com o texto camoniano. Mas, à recuperação e à metamorfose do texto épico, Garrett dá um fundamento original, fazendo da palavra Saudade e do sentimento que ela exprime, sua verdadeira Musa. Em última análise, o próprio Camões é uma encarnação, entre outras, – mesmo que seja a mais sublime de todas – de um sentimento que o ultrapassa, e através do qual todos os portugueses compartilham a indizível mistura de sofrimento e dor, que se manifestam pela Saudade.”

5 “Eles mesmos protagonistas de uma revolução cultural sem precedentes, cuja questão central é a própria imagem de nosso passado, não poderiam deixar de chocar-se com o mito camoniano em sua versão romântica, embora fossem igualmente herdeiros de Garrett. Ocorre que ambos separam os dois papéis distintos desempenhados por Camões e pelo Poema, transformado em poema de Portugal. Para eles, *Os Lusíadas* não têm mais o poder de atribuir uma identidade e uma dignidade a um país identificado com a decadência, decadência esta quase estrutural, de há três séculos, e não apenas ocasional, provocada externamente por estrangeiros, e internamente pelos inimigos da Liberdade, como no tempo de Garrett. Em última instância, Camões e seu Livro – pelo menos para Antero de Quental – podem ser englobados no processo de decadência, uma vez que o autor dos Sonetos atribui às proezas cantadas no Poema uma responsabilidade no drama de nossa decadência.” (LOURENÇO, 1987, p. 78-79)

6 Como nos lembra Cunha (2012, p. 255-256), “Já nos programas de 1905 *Os Lusíadas* aparecem como ‘a mais perfeita escola de patriotismo em que pôde iniciar-se a mocidade portuguesa’, cabendo-lhe a primazia no quarto e quinto anos, com a recomendação de que se façam ‘as omissões convenientes.’ Em 1895 recomenda-se a leitura de metade da epopeia na quarta classe e da outra metade na quinta classe, com exclusão do Canto IX, esquema que se manterá até 1935. No programa de 1936 indica-se que por não ser possível a leitura integral, ‘o professor fará criteriosa escolha das passagens mais belas e mais apropriadas à leitura na aula, resumindo as restantes’, para ‘dar a conhecer a índole, a estrutura e o plano de composição de cada obra – o que se haverá em especial conta em relação a *Os Lusíadas*’. Mas em 1948 e em 1954, são explicitadas as estrofes a estudar. Através de uma preterição, declara-se que o programa ‘não determina taxativamente [...] os passos do poema a escolher para leitura’, apesar de ter uma lista detalhada do conjunto de estrofes a ler [...] no conjunto, predominam os conhecidos ‘episódios’ (Adamastor, Velho do Restelo, Inês de Castro, etc.) e são eliminadas as famosas passagens críticas ou que sublinham a decadência do império. Tal como em 1936, nos programas de 1948 e de 1954 define-se a linha interpretativa a seguir: ‘há de insistir-se no significado nacional do poema e no que se possa patentear claramente como expressão pessoal do autor, dando também relevo ao valor cultural e ao sentido de alguns passos e do conjunto.’ (1948) . Este Camões do Estado Novo, através de uma leitura orientada, e de acordo com as ‘omissões convenientes’, é moldado entre 1936 e 1954, reservando-se para o sétimo e último ano do ensino liceal

o estudo aprofundado d'Os Lusíadas: 'verificação do conhecimento pormenorizado do poema; a sua feição individual em confronto com as maiores epopeias da humanidade. O seu valor como expressão do pensamento da renascença; o seu significado nacional; apreciação dos episódios de maior valor representativo' (1936) ”.

7 Entretanto, com o 25 de Abril, a independência de Angola, Guiné e Moçambique e outros territórios ultramarinos, o 10 de Junho ficou a chamar-se não só Dia de Portugal, mas também de Camões e das Comunidades Portuguesas.

8 Logo no início do romance, o narrador se assume como o autor do romance Tiago Veiga – uma biografia, livro que estaria sendo escrito no período da narrativa e que, como sabemos, é de autoria marioclaudiana, publicado pela editora Dom Quixote em 2011. Intercalando a primeira pessoa do plural e do singular, Mário Cláudio, pseudônimo de Rui Barbot, traveste-se na personagem Ruy. Como “escrivão de bordo” da nau anual da China onde também se encontravam Bartolomeu de Castro e o próprio Luís de Camões, Ruy observa atentamente as ações e relações a bordo e, posteriormente, os passos de Bartolomeu de Castro em Lisboa.